

Da flexibilização a flexi-segurança (flexicurity)

Texto traduzido de "Capability as a Yardstick for Flexicurity", 2014. Tradução e comentário de Lorena Ferraz C. Gonçalves

Deixando de lado os exorcismos e as análises simplistas, vale lembrar que a flexibilidade enquanto característica constante da dinâmica dos mercados de trabalho é solução para vários problemas enfrentados pelos atores na economia do trabalho; para as firmas, a flexibilidade do emprego facilita a sobrevivência em mercados cada vez mais imprevisíveis, isso ajuda a adequar a quantidade e os tipos de trabalho que as firmas contratam às suas necessidades monetárias. Também para os trabalhadores, contra o pano de fundo da individualização dos estilos de vida e da evolução das expectativas, está claro que a pluralização das formas de trabalho e emprego não é necessariamente algo sofrido pelo trabalhador, mas pode ser algo bem-vindo ou coerente com as aspirações de mais liberdade de escolha e a coordenação do tempo dentro e fora do trabalho. Isto facilita diferentes padrões de participação, o que envolve acima de tudo o emprego feminino. Finalmente, da perspectiva do bem-estar social, o emprego flexível pode ajudar a diminuir o desemprego e a inatividade, e assim minorar os gastos sociais.

Ao contrário de clamar que a flexibilização é "inevitável" (SUPIO,1999), é advogado aqui que ela é benéfica em muitos aspectos. Em vez de lutar contra a flexibilização, pode ser mais sensato reformar o quadro institucional de tal maneira que o trabalho flexível se torne mais seguro. Porque se a insegurança decorre da forma como o nosso modelo econômico e social está organizado, então é nas instituições onde devemos procurar remédio. Existem bons argumentos políticos e econômicos para perseguir uma estratégia regulatória de "flexibilidade-e-segurança". Desde o apogeu das idéias neoliberais nos 1980 e 1990, se tornou claro para "os donos do poder" que o tipo de capitalismo flexível que temos hoje requer formas de trabalho que não podem ser ofertadas sem alguma proteção social e outros esquemas de suporte ao trabalhador.

Argumenta-se inclusive que surge uma necessidade econômica de garantir aos trabalhadores segurança além da que é oferecida pelo mercado. De acordo com esta posição, a nova condição se dá pela mudança na relação entre eficiência e segurança, enraizada nos crescentes processos de produção flexível e fragmentada das Cadeias de Produção Globais. A padronização se torna ineficiente, como as demandas do local de trabalho mudam constante e inesperadamente. Assume-se que o grau de controle que os empregadores podem exercer sobre os trabalhadores encolhe assim que o processo de produção fica mais complexo e sofisticado (principal agent theory/ Teoria do agente).

Sob tais circunstâncias, aumentar a flexibilidade ainda mais, sem dar aos trabalhadores algo em retorno poderia ser algo economicamente subótimo. Partindo da idéia central da teoria da regulação, seria necessário encontrar uma nova forma de regulação que se encaixe ao modo de produção contemporâneo. Do lado político, a maior flexibilidade sem segurança vai encontrar oposição no movimento sindical. A perspectiva neo-clássica de que a flexibilidade automaticamente geraria crescimento econômico suficiente para trazer segurança e prosperidade a todos os trabalhadores, como em um "Efeito Cascata", não se realizou no passado, por que funcionaria agora?

Nesse contexto a *flexicurity* (flexibilidade-e-segurança) deve ser considerada como o novo paradigma (escopo de idéias dominantes) que vem suceder a flexibilidade. Ela integra elementos de flexibilidade, mas também agrega percepções novas que foram cristalizadas durante os amplos debates sociais sobre o assunto. Estas percepções são importantes na construção de agendas políticas, que podem ser vistas como intervenções deliberadas que objetivam transformar o sistema de referências existente em um determinado campo e redirecioná-lo. A partir de novos modos de percepção, a construção de uma nova agenda política leva também, e se bem sucedida, às mudanças mais palpáveis, isto é, mudanças legais. O conceito de *flexicurity* anuncia reformas no sistema institucional que colocam a interação entre as firmas e seus parceiros (atores) em nova base. Para que a *flexicurity* possa ser incorporada às agendas e às ações, a colaboração e a confiança dos parceiros é crucial.

A *flexicurity* é vista com desconfiança por alguns, e há também muita discordância sobre o assunto. Calmfors (2007, 2) ao comentar sobre o tema afirma que é "muito difícil ver como alguém pode ser contra a *flexicurity*", pontuando a natureza "politicamente correta" ou neutral da construção da *flexicurity* como agenda política; do

mesmo modo, críticos consideram a *flexicurity* como um "cavalo de Tróia" (SEGOL, 2011), ameaçando interesses dos trabalhadores. Esta apreensão fica reforçada após a crise de 2008 e os seus impactos no mercado de trabalho.

Referências

- Lehweß-Litzmann, René. “Capability as a Yardstick for Flexicurity: Using the Senian Paradigm to Evaluate a European Policy Agenda”, *Germany*: Universitätsverlag Göttingen, 2014.